Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Novo superintendente da PF no DF foi coordenador das investigações da Operação Caixa de Pandora

Apontado como técnico e com bom trânsito institucional, o novo superintendente regional da Polícia Federal no Distrito Federal, Alfredo José de Souza Junqueira, 58 anos, retorna ao posto onde já trabalhou. Foi o coordenador da Operação Caixa de Pandora, responsável por desbaratar, em 2009, um dos maiores escândalos da história da política do Distrito Federal. Junqueira também atuou na equipe que elucidou os assassinatos de três fiscais e de um motorista do Ministério do Trabalho em Unaí (MG), em 2004.

PF/Divulgação

Passagem pela equipe do ministro Barroso

No currículo, uma passagem pela assessoria do Supremo Tribunal Federal (STF), na gestão do ministro Luis Roberto Barroso. A cessão foi assinada em outubro de 2023 pelo então secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Cappelli. Alfredo Junqueira está na Polícia Federal há 22 anos. Paulista da capital, passou por diversas áreas no Departamento de Polícia Federal, como Crimes Contra o Patrimônio, Inteligência Policial e Repressão a Entorpecentes. Foi coordenador de Assuntos Internos e diretor de Administração e Logística Policial da corporação. O delegado é formado em engenharia eletrônica e chegou a atuar na área antes de ingressar na Polícia Federal.

Longe da política

Ex-governador e ex-deputado federal, Rogério Rosso, hoje diretor da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (Adasa), desistiu da politica partidária. Não vai disputar as próximas eleições. "Prefiro agora me dedicar a minha família, continuar meus estudos, estou escrevendo um livro sobre Brasília e nossos desafios como capital para o futuro", contou à coluna. Também está concentrado na música, sua grande paixão.

Barbara Cabral/Esp.CB/D.A Press

Disputa pelas vagas de candidatos

O PT tem mais candidatos a deputado federal do que o número de vagas para o registro na Justiça Eleitoral. No Distrito Federal, são nove. Como está em uma federação com o PV e o PCdoB, em tese teria de indicar cinco nomes, ficando dois para o PV e dois para o PCdoB, segundo o acordo entre os partidos. Mas entre petistas, querem concorrer o ex-governador Agnelo Queiroz; o ex-deputado Roberto Policarpo; a professora Rosilene Corrêa; a ex-reitora da UnB Márcia Abrahão; o secretário de Assuntos Parlamentares do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Marivaldo Pereira; a suplente de deputada Ruth Venceremos; e a diretora do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente, Vanessa Negrini — conhecida como Vanessa É o Bicho. Está em curso uma negociação com os partidos da federação para abrir mais vagas para o PT. "Na última eleição, os dois candidatos do PCdoB fizeram apenas cinco mil votos para federal", afirma um petista.

CLDF

Balanço da Câmara

Os deputados distritais aprovaram, neste ano, 188 projetos de lei, sendo 112 projetos de decreto legislativo, 22 projetos de lei complementar e 11 projetos de resolução (PRs). Entre os PLs, 99 foram de autoria de parlamentares e 84 do Poder Executivo.

Luís Tajes/Comunicação Paula Belmonte

Relatório entregue em mãos

A deputada distrital Paula Belmonte (PSDB) entregou, ontem, o relatório final da CPI do Rio Melchior ao Tribunal de Contas do DF e ao Ministério Público do DF. O documento reúne conclusões técnicas e recomendações para a recuperação ambiental do rio, incluindo reclassificação da qualidade da água, reforço no monitoramento e medidas de responsabilização. Segundo a deputada, a conclusão da CPI marca o início da cobrança por ações concretas dos órgãos competentes.

Pacífico/CB

Professora da UnB é condenada por racismo

A 5ª Vara Criminal de Brasília condenou uma professora da UnB pelas práticas do crime de injúria racial e racismo. A pena foi fixada em três anos, um mês e dez dia de reclusão, em regime aberto, além de 15 dias-multa. A ré também foi condenada a pagar à vítima indenização pelo prejuízo causado. Denúncia do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) narra que a vítima, à época estudante de medicina da UnB, realizava um atendimento, quando a professora de Nutrição entrou no consultório e fez comentários de cunho racial. Ela teria reiterado "preocupação com os pacientes sendo atendidos por pessoas pretas". A professora ainda questionou à mãe da paciente que estava sendo atendida sobre como ela se sentia sendo atendida por um estudante "preto".

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Leila vai com a minoria no PL da Dosimetria

Na bancada do Distrito Federal, apenas a senadora Leila Barros (PDT-DF) votou contra o Projeto da Dosimetria, aprovado pelo plenário do Senado, por 48 votos sim e 25 não. A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e o senador Izalci Lucas (PL-DF) — como era esperado — foram favoráveis ao projeto.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | **PATRÍCIA BLANCO** | PRESIDENTE-EXECUTIVA DO INSTITUTO PALAVRA ABERTA

Ao *CB.Poder*, a especialista em comunicação defendeu que a educação midiática é necessária para análise crítica de informações e afirmou que a desinformação não impacta apenas os jovens, mas também o público 60+

Imprensa livre como bem público

» MANUELA SÁ*

O papel do jornalismo na atualidade e a educação midiática foram temas discutidos, ontem, no programa CB.Poder *— parceria entre o* **Correio Braziliense** *e a TV Brasília. Aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Mariana Niederauer, Patrícia Blanco, presidente-executiva do Instituto Palavra Aberta, falou sobre a promoção da liberdade de imprensa e de expressão. Ela destacou que a liberdade de imprensa é um direito fundamental e tem que ser vista como um bem público.*

O Instituto Palavra Aberta, recentemente, ganhou um prêmio da Associação Nacional de Jornais (ANJ). Como surgiu e qual é o papel do instituto?

Primeiro, foi uma alegria receber o Prêmio ANJ de Liberdade de Imprensa 2025, junto com tantos grandes nomes da defesa do direito ao livre acesso à informação de qualidade que a imprensa produz. Este também é um ano muito especial, porque faz 15 anos que nasceu o Instituto Palavra Aberta. Em 2010, quando surgiu a fundação, havia uma discussão por toda a América Latina sobre as tentativas de restrições à prática jornalística. Nosso objetivo, desde o início, foi a promoção da liberdade de imprensa e de expressão. A liberdade de imprensa é um direito fundamental, está na Declaração de Direitos Humanos, mas ela tem que ser vista como um bem público.

Um ponto defendido pelo Palavra Aberta é a questão da educação midiática. O que é esse princípio e por que ele é tão importante?

A educação midiática é uma competência necessária para analisar criticamente as informações que você recebe. Ela nasce da discussão sobre o papel da mídia na formação da opinião pública. No entanto, no ambiente de pluralidade de vozes, a educação midiática ganha uma importância maior. Quando vejo algo, por exemplo, do site do **Correio Braziliense**, tenho uma informação que foi apurada, que foi analisada, que foi feita com métodos jornalísticos para chegar até mim. Houve uma curadoria. Quando estou no mar aberto das redes sociais, vai chegar conteúdo de todas as maneiras. Quem vai ter que avaliar essa informação sou eu. Então, tenho que ter a competência para acessar a informação, analisá-la criticamente e produzi-la com ética e responsabilidade.

Nos últimos dias, repercutiu a decisão do governo da Austrália de proibir o acesso às redes sociais para menores de 16 anos. Como avalia essa decisão?

Não sei se a proibição total e restrita para todas as idades é a melhor saída. Acho que temos que regular como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) digital, lei aprovada em setembro, que prevê a autonomia progressiva ao longo das idades. A gente sabe que adolescentes passam horas imersos em redes sociais, passando por um processo que pode ser prejudicial à saúde mental. Precisamos proteger e dar ferramentas para que eles construam uma autonomia progressiva, proibir tudo pode jogar para debaixo do tapete a discussão sobre a progressão da autonomia. As próprias redes sociais são proibidas e não foram desenhadas para menores de 13 anos. Hoje, a gente vê, por pesquisas do Cetic, do TIC Kids Online, que crianças de 5 anos têm celular próprio. Aos 8 e 9 anos, elas estão imersas no ambiente digital, com acesso a conteúdos que não são apropriados e a desafios que podem gerar danos à saúde e até, infelizmente, a falecimentos.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista

Como essas questões digitais e de desinformação têm impactado o público 60+?

Elas impactam enormemente, inclusive, no uso exacerbado. Há estudos que mostram que a população 60+ é tão ou mais viciada do que os adolescentes em redes sociais. Eles são vítimas de algoritmos polarizantes e não questionam as informações recebidas. Muitas vezes, eles também são vítimas de golpes. Está acontecendo em Brasília a 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, promovida pelo Ministério dos Direitos Humanos. Estamos participando porque temos um programa, o Educa Mídia 60+, que fornece subsídios para que esse público saiba interpretar corretamente as informações. O desafio para esse público é ainda maior porque não há o espaço da escola para aprendizagem, como há para crianças e adolescentes. Portanto, esse público precisa ter educação midiática para estar preparado para a complexidade que virá, por exemplo, com a inteligência artificial.

***Estagiária sob a supervisão de Malcia Afonso**